

## TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS:

### REABILITAÇÃO DA ALA CENTRAL DO ANTIGO COLÉGIO DAS ARTES / PÁTIO DA INQUISIÇÃO

Procedeu, em 2013, a Câmara Municipal de Coimbra à reabilitação da designada Ala Central do Antigo Colégio das Artes no Pátio da Inquisição, revestindo-se a obra em apreço de particular importância pela pluridisciplinaridade de interesses com ela relacionados, nomeadamente no campo da arqueologia mas também da história, história da arte, arquitetura e engenharia, uma vez que o local em estudo apresenta vestígios de várias fases de construção e ocupação resultantes da presença de entidades muito díspares desde o século dezasseis até à presente data.

Do projeto constaram trabalhos no interior do imóvel, cobertura e fachadas, tendo a cave sido escavada na totalidade, a cerca de três metros de profundidade, tornando visíveis reminiscências de cárceres e outras divisões do período em que o edifício foi ocupado pela Inquisição (do século XVI ao século XIX), integrados no edifício do anterior Colégio das Artes (século XVI).



Os trabalhos arqueológicos em apreço, da responsabilidade científica do arqueólogo Sérgio Madeira, decorreram na sequência do processo iniciado com trabalhos de diagnóstico prévio pela arqueóloga Ana Sofia Gervásio em 2010/ 2011.

Os trabalhos arqueológicos realizados inseriram-se no âmbito da arqueologia preventiva, uma vez que a empreitada em causa se localizou numa área de grande sensibilidade arqueológica da cidade de Coimbra, inicialmente indicada como zona com Grau de Proteção 1 do PDM (grau máximo de proteção no que diz respeito ao património histórico e arqueológico) e localizada na Servidão Administrativa da Rua da Sofia (Decreto n.º 516/71, DG n.º 274, de 22.11.1971), integrando, posteriormente, a Zona Especial de Proteção da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrita na lista do Património Mundial pelo Comité do Património Mundial (UNESCO), conforme consta do Aviso n.º 14917/2013 publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 236 de 5 de dezembro de 2013.



O Pátio da Inquisição em Coimbra deve o seu nome ao facto de entre 1566 e 1821 aqui ter funcionado o Tribunal da Inquisição desta cidade. Antes, porém, da instalação da Inquisição, o mesmo local fora previamente ocupado pelos Colégios Universitários de São Miguel, Todos os Santos e das Artes, numa época de difusão das ideias renascentistas e humanistas europeias. Assim, os mesmos edifícios que acolheram e propagaram essas novas ideias servirão para sede de um dos mais repressivos tribunais da História, que irá julgar, condenar e reprimir essas mesmas ideias (FRADE, CAETANO, 1994).

Com o objectivo de modernizar as estruturas académicas, mediante as novas panorâmicas do século XVI, o rei D. João III ordena a fixação definitiva da Universidade em Coimbra em 1537, instalando-se ao longo da rua denominada inicialmente de Santa Sofia, sob tutela do Mosteiro de Santa Cruz, organizada em unidades colegiais de grande coerência formal e numa dimensão programática modularmente repetida (ROSSA, 2001). É nos espaços dos colégios crúzios de Todos-os-Santos e São Miguel (local atualmente ocupado pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos) que se acolhe, posteriormente, o Colégio das Artes em 1548. Para a direção do colégio o rei manda chamar o humanista André de Gouveia, principal do Colégio de Guyenne em Bordéus, o qual pretenderá implementar em Coimbra o exemplo dos colégios franceses.

Em 1548 iniciam-se as obras de construção do novo edifício, denominado de Lanço Novo, localizado numa faixa de terreno entre os colégios de São Miguel e de São Bernardo, que ia desde a Rua da Sofia até Montarroio. Com uma traça inicial realizada por João de Ruão, os trabalhos acabaram por ser dirigidos por Diogo de Castilho, sendo que a construção parece nunca ter sido concluída (CRAVEIRO, 2006).

Em 1555, devido a constantes problemas com os mestres estrangeiros, o colégio passa para o domínio da Companhia de Jesus.

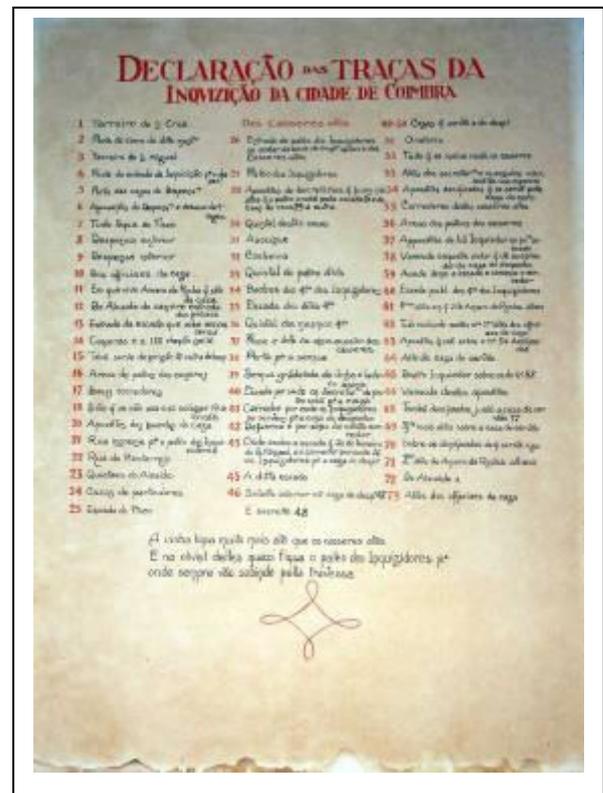
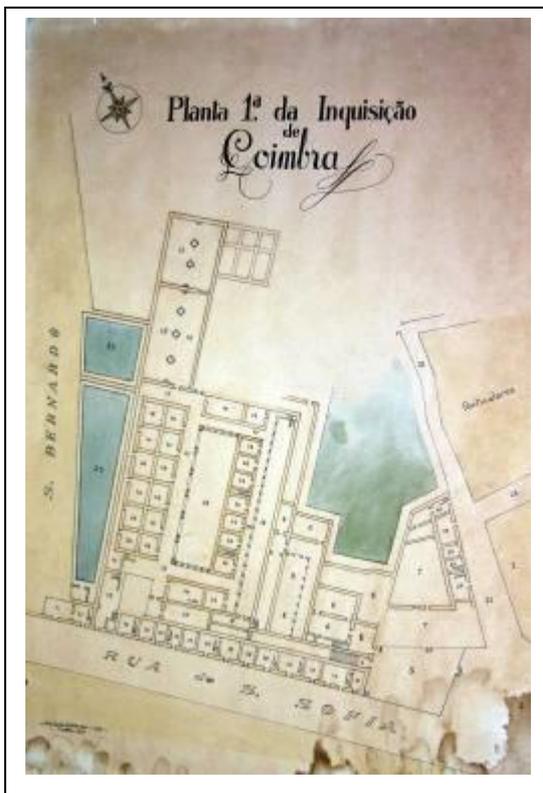
Em 1566 as instalações são ocupadas pelo Tribunal da Inquisição, transferindo-se, então, o Colégio das Artes para junto do Colégio de Jesus na Alta da cidade.

A Inquisição introduz profundas mudanças no edifício, quer ao nível do espaço quer ao nível das mentalidades, tornando o espaço de difusão de novas ideias num espaço de repressão.

As primeiras obras de alteração do edificado terão tido lugar entre 1566 e 1571, pois nessa data já se contava a existência de presos no local, sendo que de resto pouco se sabe. Na visitação de 1592 são mandados erigir mais cárceres e construir o cano para escoamento dos despejos (FRADE, CAETANO, 1994).

Da realidade dos cárceres chagaram até aos nossos dias testemunhos que caracterizam uma realidade quase indescritível: fétidos e em grande escuridão, enclausuravam um número de prisioneiros que ultrapassava em muito o minimamente viável para o espaço disponível, com um cântaro de água para cada um que teria que durar uma semana, assim como um recipiente para as necessidades fisiológicas só despejado ao fim também de uma semana. Por orifícios disfarçados no teto os guardas espiavam o comportamento dos presos (GOMES, 2010).

Em 1634 são realizadas para a Inquirição plantas deste espaço, elaboradas por Mateus do Couto para o *Livro das Plantas e Mõteas de Todas as Fabricas das Inquirições*, onde constam representações dos vários andares com legenda sobre as funções das diversas dependências e onde é possível verificar as várias transformações feitas no edifício até aquela época.



É nítida a divisão da atual galeria do Centro de Artes Visuais em várias celas onde anteriormente eram as salas de aula e um corredor por onde os presos eram distribuídos pelas várias celulas (Ladeira dos Prisioneiros). Os presos entravam, assim, pela Porta da Bica situada na Rua da Sofia, onde eram entregues ao Alcaide e depois levados para os cárceres ou para a sala do tormento através deste corredor (FRADE, CAETANO, 1994). Na intervenção arqueológica feita por Helena Frade e José Carlos Caetano em 1989/ 1990 foram encontrados vestígios dessas celas, bem como do corredor.

Por entre o espaço do refeitório do Colégio das Artes a Inquisição criou a sala do tormento. Desse tempo permanece, ainda hoje, o anel que, no teto, servia para fazer passar uma corda para os “tratos de polé”, forma de tortura que consistia em prender os braços do acusado atrás das costas e puxá-los verticalmente, podendo provocar a deslocação desses membros ou, em alternativa, puxar o acusado de forma a mantê-lo suspenso para posteriormente o soltar e segurar bruscamente, provocando, igualmente, a deslocação dos braços.



Em Coimbra foram acusados cerca de onze mil casos de conversos e queimados mais de duzentos indivíduos por práticas de bruxaria, ausência de bons costumes e, acima de tudo, judeísmo.

Em 1821 a Inquisição é extinta e os “paços e prisões” são entregues à Câmara Municipal pelo aviso régio de 22 de setembro de 1821 (SILVA, 1972-73: 189) e em 1885 o edifício é adquirido por particulares. O pátio foi transformado em quintal e os cárceres em celeiros (FRADE, CAETANO, 1994).

Em 1915 a Guarda Nacional Republicana ocupa o espaço, adquirindo-o aos herdeiros de Francisco Gonçalves de Lemos, assim como a área contígua ocupada pelo celeiro municipal, readaptando-o às suas necessidades, ainda que se tenha dispendido pouco na sua adaptação (LOUREIRO, 1952: 205).

No mesmo espaço, a 1 de fevereiro de 1934 são oferecidas ao Governador Civil e Comandante da PSP as dependências necessárias para a instalação da Casa dos Pobres, com vista à resolução do problema da mendicidade (SILVA, 1971: 384), que ali permaneceu até ao fim do século XX, tendo transitado em 2001 para a Praça do Comércio e, posteriormente, para novas instalações em S. Martinho do Bispo.

Na década de 1940 a Câmara Municipal de Coimbra instala, igualmente, alguns dos seus serviços no local (SILVA, 1981).

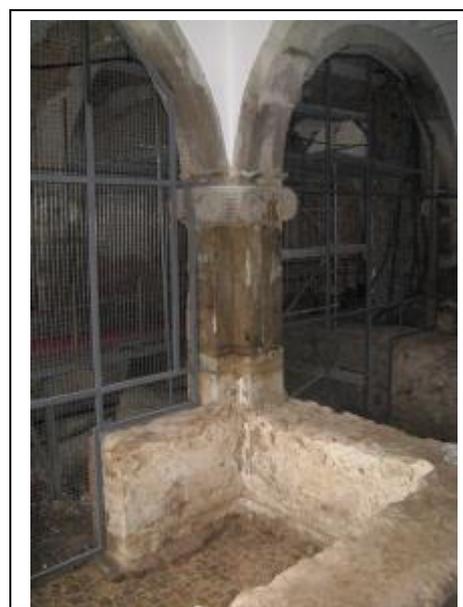


O edifício serviu, também, como instalações do grupo de teatro Escola da Noite entre 1996 e 2002.

Atualmente, na Ala Poente funciona o Centro de Artes Visuais, sendo o restante edifício (Ala Central e Ala Nascente) propriedade da Autarquia, onde funcionam vários serviços desta entidade.

Nas últimas décadas foram várias as intervenções realizadas no Pátio da Inquisição: em 1989/ 90 sob a responsabilidade científica da Dr.<sup>a</sup> Helena Frade e Dr. João Carlos Caetano (Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro do Instituto Português do Património Cultural) na Ala Poente no âmbito da reabilitação daquele espaço para a instalação do Centro de Artes Visuais (CAV); em 2000/ 01 sob a responsabilidade científica da Dr.<sup>a</sup> Rosa Simões (Câmara Municipal de Coimbra) no âmbito da requalificação do espaço público na zona do Pátio da Inquisição e Cerca de São Bernardo; em 2003/ 04 e 2007/ 08 sob a responsabilidade científica da Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia Gervásio e Dr.<sup>a</sup> Raquel Santos (Câmara Municipal de Coimbra) no âmbito da requalificação do espaço público na zona do Pátio da Inquisição e Cerca de São Bernardo; em 2010/ 11 sob a responsabilidade da Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia Gervásio (Câmara Municipal de Coimbra) na reabilitação da Ala Central.

A intervenção consistiu na reabilitação do interior, cobertura e fachadas do edifício. Toda a estrutura espacial e construtiva foi mantida e respeitada, sendo que a adequabilidade ao novo funcionamento passou pela criação de elementos autónomos que se demarcam em termos formais e materiais da construção existente, permitindo a leitura integral do espaço original. Relativamente aos elementos pré-existentes presentes ao longo do edificado tais como portas e janelas entaipadas e arcos de descarga, procedeu-se, para além do seu registo, à sua preservação através de marcação nas argamassas para memória futura.



O trabalho a desenvolver pelo arqueólogo consistiu no trabalho de escavação integral do piso térreo e efetivo acompanhamento dos trabalhos de picagem de paredes, demais escavações e transporte de entulhos inerentes à empreitada, com vista à salvaguarda do património arqueológico, bem como à procura da identificação e ao registo das realidades arqueológicas existentes em toda a área de intervenção, passando este processo pelo respetivo registo fotográfico exaustivo de todas as realidades ao longo das várias fases da empreitada, assim como pelo registo gráfico e topográfico.

Uma realidade que se apresentou como incontornável é o efetivo choque entre a amplitude e beleza dos espaços ao tempo do Colégio das Artes no século XVI e a posterior subdivisão em parcelas com utilidades muito concretas por parte da Inquisição logo também entre fins do século XVI e inícios do século XVII mas, também, posteriormente, no século XVIII e, eventualmente, ainda no século XIX, sendo disso exemplos importantes a reestruturação do sótão, a criação de um 3.º piso e a subdivisão, através de um sobrado, da cave em dois pisos, para além da subdivisão dos espaços interiores nos vários pisos através da elevação de paredes divisórias.

Constatou-se, igualmente, que a proliferação de processos da Inquisição obrigou a uma crescente necessidade de criação de cada vez mais celas, sendo disso exemplo as celas postas à vista na sequência da escavação da cave, as quais não aparecem referenciadas nas plantas da Inquisição de 1634 da autoria de Mateus do Couto, devendo, por inerência, ser posteriores a essa data, uma vez que as demais celas se encontram aí representadas.





As mais recentes alterações ao local a partir da extinção da Inquisição em 1821 poderão ter contribuído para o desaparecimento de alguns vestígios estruturais e materiais da história passada do local.

Relativamente ao potencial estratigráfico da área escavada na cave do edifício, este corrobora a anulação da cota inferior da cave (28.70) através do seu aterro à cota exterior (31.00) para a movimentação dos cavalos da GNR e veículos automóveis já no século XX, mediante as várias unidades de aterro que cobriram as pré-existências, compostas por uma mescla de alguns fragmentos cerâmicos dos séculos XVIII, XIX e XX em conjunto com materiais de construção fragmentados, cabos elétricos e plásticos diversos.

Ainda que os presentes trabalhos arqueológicos tenham contribuído para esclarecer várias questões relacionadas com a perceção e interpretação dos elementos que advém da traça primitiva do local e diversas remodelações posteriores que caracterizaram a sua evolução arquitetónica, prevalecem ainda questões que apenas a súmula de resultados da análise de todo o espaço do Pátio da Inquisição, a seu tempo, poderá resolver, nomeadamente após futuras intervenções na Ala Nascente e envolvente da Rua da Sofia.

Mediante novos trabalhos a desenvolver nos espaços vizinhos, poderá, a seu tempo, perspetivar-se uma temática musealização do espaço em apreço, o qual se apresenta como reminiscência de profundo valor histórico e cultural.

NOTA: O Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos referente ao presente estudo encontra-se disponível para consulta na Divisão de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Coimbra.

## BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- CRAVEIRO, M. L. (2006) – “O Colégio das Artes”, *Monumentos 25*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos.
- FRADE, H. & CAETANO, J. C. (1994) – “O Pátio da Inquisição (Coimbra) – Notas Histórico-Arqueológicas”, *Actas dos Encontros de Arqueologia Urbana/ 94, Bracara Augusta*, vol. XLV, n.º 97 (110), Braga.
- LOUREIRO, J. P. (1952) – *Anais do Município de Coimbra: 1904-1919*, Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra.
- ROSSA, W. (2001) – “Diversidade, Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade”, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC. Coimbra. Ed. Autor.
- SILVA, A. C. da (1971) – *Anais do Município de Coimbra: 1920-1939*, Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra.